IV enanparq
Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016

A RESTAURAÇÃO ARQUITETÔNICA EM REVISTA: A CONSTITUIÇÃO DE UM NOVO CAMPO DE ATUAÇÃO NAS REVISTAS DE ARQUITETURA E URBANISMO BRASILEIROS NA DÉCADA DE 1960

SESSÃO TEMÁTICA: PALAVRAS E IMAGENS IMPRESSAS: AS PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS ESPECIALIZADAS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A PESQUISA EM ARQUITETURA E URBANISMO

Ana Lúcia Cerávolo
UNICEP São Carlos
alceravolo@yahoo.com.br

Dayane Carolina Leite
UNICEP São Carlos
daya-carolina@hotmail.com

A RESTAURAÇÃO ARQUITETÔNICA EM REVISTA:A CONSTITUIÇÃO DE UM NOVO CAMPO DE ATUAÇÃO NAS REVISTAS DE ARQUITETURA E URBANISMO BRASILEIROS NA DÉCADA DE 1960

RESUMO

As primeiras experiências no campo da restauração arquitetônica remontam à criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, hoje IPHAN), em 1937. No entanto, somente na década de 1960, identificam-se os primeiros projetos não realizados por arquitetos vinculados ao corpo técnico do SPHAN; também, nesse momento, verifica-se a ação de outras instituições e órgãos na preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Para a compreensão desse universo, recorreu-se às revistas de arquitetura e urbanismo, que se mostram veículos privilegiados, pois expressam o pensamento de seu tempo. Das principais revistas que circularam no período, destaca-se a Revista Arquitetura, produzida pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), nela o tema do patrimônio e sua preservação é tratado de maneira sistemática e regular, e reflete o interesse sobre o tema fora do SPHAN.

Pretende-se, assim, que o artigo colabore com o esforço de revisão historiográfica no campo da Arquitetura e do Urbanismo. Auxilie também na avaliação da participação institucional do IAB e outros órgãos, evidenciando a penetração de teorias de restauração de abrangência internacional, como identificar os impactos e eventuais mudanças de posturas nos projetos de restauração, após a elaboração da Carta de Veneza, em 1964.

Palavras-chave: Arquitetura e urbanismo no Brasil. Patrimônio Cultural. Revistas de arquitetura e urbanismonacionais.

THE ARCHITECTURAL RESTORATION IN REVIEW: THE CONSTITUTION OF A NEW PRACTICE FIELD IN MAGAZINES OF ARCHITECTURE AND URBAN PLANNING IN BRAZILIAN DECADE OF 1960

ABSTRACT

The first experiments in the field of architectural restoration date back to the creation of the Historical Heritage Service and National Artistic (SPHAN, today IPHAN) in 1937. However, only in the 1960s, are identified early unrealized projects by architects linked to technical body SPHAN; also at that time, there is the action of other institutions and bodies in the preservation of Brazilian cultural heritage; and, above all, there has been the creation of a new professional field for architects.

For the understanding of this universe, he used the magazines of architecture and urbanism, which show privileged vehicles, they express the thought of his time. Major magazines that circulated in the period, there is the magazine Architecture, produced by the Brazil Institute of Architects (IAB), the theme of heritage and its preservation is handled in a systematic and regular manner, and reflects the interest in the subject out the SPHAN.

It is intended, therefore, that Article collaborate with the effort of historiographical revision in the field of Architecture and Urbanism. Assist in the evaluation of institutional participation of the IAB and other organs, showing not only the performance of SPHAN and a few architects. Finally, it is the work aimed to evaluate the penetration of international scope restoration theories, how to identify the impacts and possible changes in attitudes in restoration projects after the establishment of the Charter of Venice, in 1964.

Keywords: Architecture and urbanism in Brazil. Cultural heritage. Architecture magazines.

1. A CONSTITUIÇÃO DE UMA CULTURA DE INTERVENÇÃO E RESTAURAÇÃO NO BRASIL: PREÂMBULO HISTÓRICO, 1930-60

Para considerar a repercussão e difusão do patrimônio nas revistas especializadas em arquitetura e urbanismo é preciso compreender como os arquitetos brasileiros se debruçaram sobre a preservação de edifícios e conjuntos urbanísticos históricos. Mesmo que não tenhamos teorias escritas, acreditamos que as obras empreendidas explicitam suas posturas, os critérios de intervenção que utilizaram e documentos de referência.

As primeiras experiências no campo da restauração arquitetônica remontam à criação do SPHAN, em 1937. No entanto, somente na década de 1960, identificam-se os primeiros projetos não realizados por arquitetos vinculados ao corpo técnico do SPHAN; também, nesse momento, verifica-se a ação de outras instituições e órgãos na preservação do patrimônio cultural brasileiro; e, sobretudo, constata-se a constituição de um novo campo de atuação profissional para os arquitetos.

No SPHAN, a visão sobre o passado, a história brasileira e o nosso patrimônio define os eixos prioritários do trabalho do órgão, em sua fase inicial, no intuito de defender e preservar o patrimônio cultural do país, identificar uma cultura nacional articulada à história e à arte não apenas à reprodução de modelos importados, mas gerando conhecimentos e formas de difusão desse patrimônio.

> *Além do tempo e do espaço, o antigo SPHAN se pautava por concepções específicas sobre a história, a memória e a identidade nacionais. Bens materiais e imateriais deixados por outras gerações eram testemunhos da 'civilização brasileira', que se nutria, assim, de uma tradição própria e singular. (VELOSO, 1996, In Revista PHAN, 1996, p. 159)*

O tema das intervenções e restaurações é, certamente, um desafio para os arquitetos do patrimônio. Nesse aspecto, Lúcio Costa, um dos membros da primeira geração do SPHAN, terá uma participação decisiva na definição das metodologias e critérios de intervenção utilizados pelo órgão.

O primeiro desafio de Lúcio Costa como arquiteto no campo da intervenção se dá ainda em 1937, é uma visita à área das Missões Jesuíticas, no Rio Grande do Sul. O relatório de Costa (1937, In: PESSÔA, 2005, p. 22) é extenso e detalhado. Especifica os "vestígios encontrados em cada um dos antigos povos" e indica as medidas necessárias para a conservação das ruínas de São Miguel e a preservação dos fragmentos das outras missões, que segundo ele, encontram-se "no mais completo abandono".

Indica a necessidade de escavações em S. João, S. Miguel, S. Lourenço e S. Nicolau; limpeza de todo o terreno ocupado pelas Missões em S. Miguel; levantamento da implantação de S. Miguel; consolidação das ruínas de S. Miguel; construção do museu e da casa do zelador, em S. Miguel; e remoção para S. Miguel do material encontrado nos outros povos. (COSTA, *op. cit.,* 2005, p. 37)

Lúcio Costa (2005, *op. cit.,* p. 38-9) orienta ainda as obras que devem ser feitas para estabilização e conservação das ruínas de São Miguel, conforme aponta Altamiro Cardoso, demonstrando conhecer as recomendações internacionais presentes na Carta de Atenas do Restauro (1931, item VI - Técnica da conservação), que orienta:

> *Quando se trata de ruínas, uma conservação escrupulosa se impõe, com a recolocação em seus lugares dos elementos originais encontrados (anastilose), cada vez que o caso o permita; os materiais novos necessários a esse trabalho deverão ser sempre reconhecíveis. Quando for impossível a conservação de ruínas descobertas durante uma escavação, é aconselhável sepultá-las de novo depois de haver sido feito um estudo minucioso.*

Costa propõe duas soluções, que partem do princípio de reutilização de material do próprio local, e da reconstituição das dimensões originais da praça. Embora o arquiteto esteja preocupado com a questão formal, seu problema principal é garantir que as novas construções denunciem seu tempo, mas não "destoem" do conjunto. Assim, devem ser contemporâneas mas "harmonizadas"[1] ao conjunto.

Figura 1: Na imagem da esquerda, vemos o Conjunto das Missões de São Miguel, RS. Na parte superior (1), situa-se a igreja de São Miguel e as ruínas do assentamento jesuítico. Abaixo (2), o Museu das Missões e a casa

[1] Palavra utilizada por Costa em diversos pareceres, que sugere seu conhecimento e interpretação da Carta de Atenas do Restauro, 1931, que orienta respeitar o carácter e a fisionomia das cidades na construção de edifícios, "(...) sobretudo na vizinhança de monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais" (1931, item III – a vaorização dos monumentos). E recomenda também o uso de materiais e técnicas de construção modernas para a consolidação de edificações, que "devem ser dissimulados, (...), a fim de não alterar o aspecto e o caráter do edifício a ser restaurado" (1931, item IV - Os materiais do restauro).

do caseiro, projetado por Lúcio Costa (1937-40). À direita, em primeiro plano o Museu e, ao fundo, as ruínas da Igreja de São Miguel. Fotos de Ricardo Rocha. Fonte: IPHAN/RS

No entanto, a primeira grande polêmica sobre as intervenções em sítios históricos envolve a construção do Grande Hotel de Ouro Preto[2], em 1940, envolvendo o projeto de Carlos Leão e Oscar Niemeyer, onde as duas cartas de Atenas, a do Restauro (1931) e a do CIAM (1933), são aplicadas e discutidas no interior do SPHAN.

Figura 2: Grande Hotel de Ouro Preto. Da esquerda para a direta, projeto de Carlos Leão, Oscar Niemeyer e Oscar Niemeyer com as alterações propostas por Lúcio Costa, 1938-9. Fonte: Cavalcanti, 2000.

Lúcio Costa indica explicitamente sua dupla filiação, primeiro, de arquiteto vinculado ao CIAM e responsável pela organização do grupo do Rio e, segundo, de funcionário do SPHAN encarregado de estudar a arquitetura antiga brasileira. Costa também explicita que o projeto de Oscar Niemeyer obedecia aos princípios estabelecidos pelo CIAM. Como arquitetura contemporânea resolve um problema atual, destacando que a "boa" arquitetura de um período vai "sempre bem com a de qualquer período anterior". Justificativa que inclusive descarta o projeto historicista de Carlos Leão como alternativa.

Ao final de seu parecer, Costa explicita de forma precisa sua visão da "harmonização" entre presente e passado, afirmando a arquitetura moderna, leia-se "boa arquitetura", mas introduzindo elementos que atenuassem o contraste entre os períodos e estilos históricos:

> *(...) sem perder de vista nem os CIAM nem o SPHAN se, em casos assim tão especiaes, e dadas as semelhanças tantas vezes observadas entre a técnica moderna – metálica ou de concreto armado – e a tradicional do 'pau-a-pique', não seria possível de se encontrar uma solução que, conservando integralmente o partido adoptado e respeitando a verdade constructiva actual e os princípios da boa architectura, se ajustasse melhor ao quadro e, sem pretender de forma nenhuma reproduzir as velhas construcções nem se confundir com ellas, accentuasse menos ao vivo o contraste entre passado e presente, procurando, apesar do tamanho, apparecer o menos possível, não contar, melhor ainda – não dizer nada (...), para que Ouro Preto continue à vontade, sozinha lá no seu canto, a reviver a própria história. (sic.)* (COSTA, 1939?, apud MARTINS, 1987, pp. 200)

[2] Sobre o projeto do Grande Hotel de Ouro Preto ver Cavalcanti (2000) e Cerávolo (2013).

A intervenção nas missões e o projeto do Grande Hotel de Ouro Preto são representativos das posições de Lúcio Costa e estabelecem um princípio conceitual para as intervenções empreendidas pelo SPHAN, desde então.

Essa postura hegemônica permanece no SPHAN até pelo menos a década de 1950. Novos personagens e instituições entram em cena no campo específico da preservação do patrimônio brasileiro, renovam os debates e trazem novas perspectivas para o próprio SPHAN. Os debates internacionais e as novas formulações para a restauração, em particular, a Teoria da Restauração Crítica e em oposição às concepções do "restauro científico" ou "filológico", começam a repercutir no Brasil.

A atuação de arquitetos fora do corpo técnico do SPHAN, pelo que investigamos, é uma novidade. O primeiro projeto que localizamos é a adaptação do Convento de Santa Tereza (1956-9), realizado por Wladimir Alves de Souza e Geraldo Câmara, para abrigar o Museu de Arte Sacra da Bahia, financiado e contratado pela Universidade Federal da Bahia (UFBa).

O projeto trazia novidades em relação à postura do SPHAN, no entanto, é a proposta de Lina Bo Bardi para a restauração do Solar do Unhão (1961-3) e adequação do espaço para implantação do Museu de Arte Moderna da Bahia (MAMB), também em Salvador, que semeie novas tendências na cultura arquitetônica brasileira no âmbito da intervenção.

Para subsidiar a intervenção proposta para o conjunto, Lina Bardi escreve um documento raro no âmbito da intervenção arquitetônica no Brasil por sua clareza e pela explicitação de seus princípios metodológicos.

> *O velho método romântico de "recomposição" inaugurado no século XIX por Viollet-le-Duc, foi superado depois, e substituído pelo método da "restauração científica", cujo principal representante foi o prof. Giovannoni, na Itália são ambos não somente superado[s], mas inúteis, neste caso típico de moderna "restauração crítica". O método de Viollet-le-Duc, presume a "escolha" duma época entre as que o monumento em sua evolução representa e, segundo as leis do estilo escolhido procura "reconstituir" o monumento "assim como aura"procurando um "transfert" entre o moderno arquiteto restaurador e o artista criador do trabalho, chegando a resultados completamente arbitrários e gratuitos na reconstituição.(BARDI, Critério..., 1962, p. 1 In: CERÁVOLO, 2013, anexos)*

Por fim, justifica a filiação ao "método da restauração crítica", explicando seus princípios e o diálogo que estabelece com as metodologias anteriores.

O moderno método de "restauração crítica", que somente depois da Segunda Guerra Mundial foi praticado, não exclui a pesquisa filológica como metodologia, assim como não exclui o estudo duma provável (ou prováveis) reconstituição histórica, mas somente como fato de "método" e não como fim.

O critério da "restauração crítica" tem por base o respeito absoluto por tudo aquilo que o monumento, ou o conjunto representam como "poética" dentro da interpretação moderna da continuidade histórica, procurando não embalsamar o monumento, mas integrá-lo ao máximo na vida moderna. (BARDI, op, cit., p. 1-2/anexo)

O desfecho para a intervenção de Lina Bo Bardi no Solar do Unhão, que envolvia diretamente o Governo do Estado da Bahia, teve a participação de Rodrigo Melo Franco e Lúcio Costa. No final das obras, Godofredo Filho .(1963 In: CERÁVOLO, 2013, anexos) , responsável pela regional Bahia, explicita o método consolidado e agora "questionado" do SPHAN.

Não havendo mais tempo para sugerir correções que ***abrasileirassem*** *o conjunto,* ***reintegrando-o*** *em certos detalhes,* ***na melhor tradição local****, nem sendo oportuno, pelo risco de litígio com o ilustre diretor do MAMB, qualquer solicitação para a* ***retificação daqueles defeitos****, também observados pelo Arquiteto Diógenes Rebouças, julgamos mais acertado deixar correrem as obras até sua inauguração, já efetivada, sem interferência da DPHAN,* ***limitando-nos a considerar, no caso, os aspectos positivos e dignos de louvor****. (grifo nosso)*

Essa passagem do ofício de GF é extremamente importante para compreender a posição do SPHAN desde as primeiras formulações de Lúcio Costa. Pode-se afirmar que essa foi uma das primeiras vezes que o órgão dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade foi contestado no meio profissional arquitetônico e urbanístico com a autoridade que o fez Lina Bardi.

2. O PATRIMÔNIO PELOS ARQUITETOS: O PAPEL DAS REVISTAS NA REVISÃO HISTORIOGRÁFICA

A questão da preservação e, em particular da restauração foi tratada de maneira relativamente isolada na historiografia da arquitetura e do urbanismo brasileiros. Resta, portanto, o desafio de iniciar um levantamento mais extensivo dos projetos de intervenção em edifícios ou conjuntos históricos, traçar o perfil de seus arquitetos e, sobretudo, verificar

de que maneira se consolidou uma cultura arquitetônica de intervenções em edifícios e sítios históricos e avaliar suas interlocuções com o debate e a reflexão internacional.

A grande diversidade de intervenções no campo da restauração que se apoiam, de forma explícita ou não, em concepções distintas de patrimônio e história, segundo Paulo Ormindo de Azevedo (2005), têm aspectos comuns. Em suas práticas há "(...) uma crescente tecnificação, o que não seria um mal se não se tornasse o principal fator de legitimação da restauração, em detrimento do debate crítico sobre os objetivos e critérios de intervenções".

Esse quadro é caracterizado, segundo Azevedo, por uma "excessiva especialização profissional", que aumenta a distância que separa historiadores, arqueólogos, restauradores e arquitetos projetistas e conduz "a intervenções confusas, em que não se entende bem que valores se pretendem resgatar e que critérios são adotados".

Como explicita o autor:

> *Temos, de um lado, restauradores com boa preparação tecnológica, mas deficiente formação em história da arte e escassa experiência de projetação arquitetônica. De outro lado, há bons projetistas que desconhecem os critérios e possibilidades da restauração e não conseguem dialogar com o monumento. Em muitos casos, as soluções ficam a dever ao monumento, ou pelo caráter simplório das intervenções, ou pela extravagância das mesmas. Em ambos os casos o monumento sai perdendo.(AZEVEDO, 2005, p. 22)*

Por décadas, no entanto, o patrimônio constituiu um campo disciplinar de domínio de um "reduzidos grupos de abnegados", para usar expressão utilizadas por Janjão (Antonio Luiz Dias de ANDRADE), na década de 1990, passando a partir de então a integrar "as preocupações e os anseios de expressivas parcelas da opinião pública" (ANDRADE *apud* MORI, 2012).

A restauração como qualquer outro procedimento de intervenção contribui para a valorização de bens e sítios patrimoniais, assume um papel relevante nos destinos dos bens sobre os quais atua, dando-lhes novos significados e reintegrando-os à economia e a sociedade.

Para penetrar nesse universo, recorreu-se às revistas de arquitetura e urbanismo, que se mostram veículos privilegiados, pois expressam o pensamento de seu tempo e, refletem a importância do patrimônio, sua preservação e os debates sobre a restauração e demais intervenções em edificações, áreas urbanas ou sítios históricos entre arquitetos e urbanistas do país.

As revistas são a possibilidade que temos hoje de repensar historicamente a preservação no país. A (re)escrita "(...) na história cria modelos destinados a tornar os seus objetos pensáveis, que parte de um lugar próprio que é seu método: "a história é um método ao qual não corresponde um objeto específico". (LÉVI-STRAUSS, Claude. O Pensamento Selvagem, Campinas: Papirus, 1989. In: MIRANDA, 1998, p. 2)

A escolha das revistas especializadas em arquitetura e urbanismo assume, portanto, o papel, muitas vezes, de documentos primários e essa característica é que lhes confere relevância como fonte documental para a pesquisa que estamos desenvolvendo. Mas, também são veículos de difusão e propagação de ideias que circulam num dado momento e, dessa maneira podemos compreender a relevância do tema que propusemos. Beatriz Cappello (2011, p. 3) fundamenta a pesquisa historiográfica nas revistas como fontes documentais:

> *A análise da recepção, proposta primeiramente para uma teoria e história da literatura por Hans Robert Jauss, consiste, principalmente, em estudar o ambiente em que uma obra de arte foi criada, produzida, tornando-se assim objeto de crítica. A recepção refere-se à acolhida alcançada por uma obra à época de seu aparecimento e ao longo da história. Segundo Jauss, ao refletirmos sobre o modo como as obras foram lidas, avaliadas e transmitidas, descobrimos o valor que tiveram e, ao buscarmos essas leituras, acompanhamos a trajetória da obra, logo produzimos história. Ao aplicarmos esse pensamento na abordagem da arquitetura, poderíamos dizer que acompanhar a trajetória das obras publicadas nas revistas seria um modo de produzir história da arquitetura. A história de uma obra de arquitetura envolve sua função de representação formal e o efeito que ela produz, gerando vários juízos estéticos. Sendo assim, a história deve assinalar as diferentes interpretações dadas a partir de diferentes juízos estéticos. O reconhecimento do valor de uso do edifício e sua estética, a escolha de edifícios que representem os padrões do movimento moderno são aspectos inerentes ao tema da recepção, ou seja, as relações entre obra e o público, entre o efeito da obra e sua recepção.*

Nas páginas dos periódicos circulam um conjunto de ideias e análises, documentos, textos teóricos, memoriais de obras realizadas, fotografias, desenhos, críticas e polêmicas. Os artigos publicados, os inventários e obras constituem um retrato da época, recuperá-los é uma forma de revisão da própria história da arquitetura e do patrimônio. As histórias da arquitetura e do patrimônio cultural se associam como meios narrativos, conforme afirma Paoli (2009, pp. 4-6), nas revistas de arquitetura, justificando a adoção de periódicos como fontes primárias associadas a temas relacionados ao patrimônio. Essas afirmações confirmam o valor que periódicos exprimem como fonte de estudo e pesquisa.

As revistas especializadas da área cultural até os anos 1960, no Brasil, são marcadas, como indica Miranda (1998, p.4), pela desorganização, "que afeta sua capacidade de sobrevivência". Devido ao porte, pequeno e médio, à circulação irregular e ao público restrito, enfrentam problemas do custo da produção gráfica, dificuldades de comercialização e aquisição de anunciantes. O funcionamento das redações em grande parte se baseia na produção por meio de colaboração, significa frequentemente, a não remuneração do trabalho, fato que pode ser resultado de dificuldades financeiras, mas pode ser atribuído também, à pouca disponibilidade de pessoal especializado. Esta forma de funcionamento, entretanto, prejudica o editor de sustentar um cronograma de produção.

> *Entre 1930 e 1950, o maior problema que as revistas enfrentam é o público reduzido. OIAB/SP tem 38 inscritos em 1943; 243 em 1950, 715 em 1960. Em todo o Brasil, os arquitetos no exercício ativo da profissão em 1950 são 107717. A partir dos anos 50, este problema se minimiza com o aumento do número de escolas e arquitetos; e o surgimento de interesse pela arquitetura brasileira no exterior, que incrementa o público a nível nacional e internacional. (MIRANDA, 1998, p.4),*

Na década de 60, conforme Miranda, esse quadro se altera. Revistas como Acrópole, Habitat, Módulo e Arquitetura ampliam suas abordagens como periódicos de arquitetura, arte e cultura, e circulam com regularidade. Algumas com tiragem mensal, como a revista Acrópole e Arquitetura. Revistas que possuem credibilidade entre os profissionais em função de seus conteúdos qualificados, num período no qual os livros de arquitetura eram poucos e muito caros. As revistas permitiam a atualização sobre os temas nacionais e internacionais e eram dirigidas por profissionais respeitados como Lina Bo Bardi e Giancarlo Palanti, na Habitat; Oscar Niemeyer, na Módulo; os irmãos Roberto e Eduardo Kneese de Mello, na Arquitetura (IAB). Possuem corpos editoriais de excelência, críticos e articulistas influentes, alguns profissionalizados.

Nas pesquisas que efetuamos, verifica-se que, entre 1955 e 1965, existe o maior número de revistas circulando conjuntamente. As revistas são: Revista do PHAN, Acrópole, Habitat, Módulo, Arquitetura (IAB), PDF e Brasil Arquitetura Contemporânea. A revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, publicada pelo SPHAN, foi excluída do levantamento por se tratar de veículo de divulgação do órgão cujo único objetivo é noticiar as ações e pesquisas sobre o patrimônio histórico-cultural em curso. Então apenas nos caberia relacionar os artigos nela publicados.

Foram selecionadas para o presente trabalho, quatro revistas: Revista Acrópole (1938-71), Habitat (1950-65), Arquitetura – IAB (1961-8) e Módulo (1955-89). Nas revistas pesquisadas foram localizados cerca de 300 artigos que tratam do patrimônio cultural, os quais foram

divididos em 5 categorias: a) trabalhos teóricos e críticos: 40%; b) estudos de casos e inventários: 25%; seminários, congressos e eventos: 15%; projetos de intervenção e restauração: 10%; e outros: 10%.

2.1 ACRÓPOLE

A *Acrópole: arquitetura, urbanismo, decoração* é uma publicação realizada em São Paulo. Começou a ser publicada em maio de 1938 e circulou ininterruptamente até 1970. Foram trezentos e oitenta números dedicados à circulação de ideias e projetos nas áreas de arquitetura, urbanismo e cultura em geral – Artes e decoração - de maneira bastante abrangente em defesa do pensamento moderno.

No início da revista os projetos estavam vinculados à arquitetura eclética, sobretudo, na "defesa" do estilo neocolonial, mas já na década de 1940 há o deslocamento para a arquitetura moderna. Faz parte do conselho técnico da revista Eduardo Kneese de Mello e desde os primeiros números participam na elaboração de artigos e apresentação de projetos Henrique Mindlin, Zenon Lotufo, Vital Brazil, Bratke &Botti, Cândido Portinari e John Graz. A Acrópole mantém além do conselho técnico de São Paulo, o do Rio Grande do Sul (mai./1942), do Ceará (mai./1942) e de Pernambuco (ago./1943).

Embora os projetos estivessem alinhados à arquitetura eclética, as ideias modernas dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, os CIAM, já circulavam de maneira bastante clara. No segundo número Mindlin publica um artigo sobre "Dimensões Mínimas".

Em relação à temática específica do patrimônio histórico-cultural, nos primeiros números o principal articulista é Guilherme Malfatti. No final da década de 1950, Luiz Saia passa a escrever com freqüência. Artigos como Morada Paulista, demografia da cidade de São Paulo e o urbanismo em São Paulo são publicados em partes.

Na década de 1960, os temas relativos ao patrimônio cultural e sua preservação aparecem de maneira mais recorrente por meio principalmente de 3 articulistas: Carlos Lemos, Eduardo Corona e Adhemar Chaves. Esse último escreve resenhas que são publicadas ao final do índice sobre o patrimônio cultural e natural brasileiros. Em abril de 1962, a revista passa por uma reformulação editorial e gráfica e a resenha é substituída por outra sem assinatura, denominada Pioneiros do Movimento Moderno. Também os artigos de Eduardo Corona e Carlos Lemos, Dicionário da Arquitetura Brasileira, publicado desde abril de 1957, deixa de circular na revista.

A partir de agosto de 1962, o Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP assina cinco artigos sobre sítios ou edifícios históricos. Em 1964, a revista passa por uma

nova reformulação, sendo abolida a coluna Pioneiros do Movimento Moderno, que passa a veicular notícias ligadas ao IAB e de interesse profissional.

Embora o tema da história, constituindo uma cultura arquitetônica brasileira, esteja presente. A revista trás pouquíssimas intervenções em edifício pré-existentes ou mesmo não dá destaque às atividades do SPHAN. Os destaques são: os novos materiais para a construção civil, a industrialização e a pré-fabricação, a arquitetura industrial, a construção habitacional e a possibilidade de apresentar muitos novos projetos em São Paulo e em várias regiões do país, sobretudo Rio de Janeiro, Nordeste e Rio Grande do Sul.

2.2. HABITAT

A revista *Habitat : arquitetura e artes no Brasil* é uma publicação realizada em São Paulo, que tem início em 1950 e é editada até1965. A revista está fortemente identificada com Pietro Maria, Lina Bo Bardi e ao MASP.

No prefácio do primeiro número da revista percebe-se que ela está fortemente alinhada às questões de memória, história e patrimônio histórico-cultural, tanto sua divulgação quanto à defesa de sua preservação. A vinculação com o MASP e o casal Bardi possibilitam um contexto que a diferencia bastante das outras publicações. Por um lado, a temática museal, por outro, as pesquisas sobre a produção cultural popular brasileira e suas raízes fazem com que o patrimônio hitórico-cultural entendido de maneira bastante ampla, seja o tema central da publicação.

> *"A história das artes no Brasil continua ainda em grande parte inédita; por enquanto não passa de uma crônica contemporânea que progride com surpreendente celeridade. Assim é que o passado tão rico em temas para reevocação e a efervescente atividade do presente não encontraram ainda documentação e uma informação adequadas à realidade e à sua importância, embora dia a dia aumente o desejo de se conhecer o que se fez no país e fora dele em matéria de arte".*

E conclui:

> *"A beleza imaginativa de uma floresta, de uma cabana de pau-a-pique, de um pote marajoara, de uma igreja barroca, o Aleijadinho, os ouvires da Bahia, os moveleiros manuelinos de Recife, os epígonos da missão francesa, os arquitetos do teatro de Manaus e os do Ministérios de Educação e Saúde do Rio, os pintores caipiras e os artistas de renome, ceramistas, os gameleiros do litoral, indígenas, africanos, descendentes de conquistadores, emigrantes, todos os que contribuíram, continuam contribuindo e participam de alguma forma da arte no Brasil, terão as suas atividades*

registradas em 'Habitat' com o empenho de quem sabe apreciar o que de mais característico tem o país".

A partir do 14º número, a revista passa a ser bienal. E a partir do 15º número, Lina e Pietro Bardi se afastam da editoração da revista. Para substituí-los a direção de Habitat convidou Abelardo de Souza e José Geraldo Vieira. Os temas relativos à relação passado, presente e futuro bastante enfocados até então passam a ser menos enfatizados.

Na década de 1960, todos os números apresentam artigos sobre a ótica do folclore. Quando se trata da revista *Habitat* encontramos profissionais como Rodolfo Klein, Geraldo N. Serra como uns dentre tantos outros membros da revista, estes que contribuíram com publicações voltadas a temas como arte, arquitetura, museus e cultura.

ARTES E TECNICAS POPULARES

Um museu a serviço do Brasil / Alfredo João Rabacal, Comissão Paulista de Folclore e Associação Brasileira de Folclore / Fotos: Arquivos da Comissão Paulista de Folclore.

Durante as comemorações do "Mês do Folclore" (1), realizadas no decorrer de agôsto passado na cidade de São Paulo, foi inaugurado no dia 22, "Dia do Folclore", o "Museu de Artes e Técnicas Populares". Antiga aspiração dos especialistas brasileiros que se dedicam ao estudo dos modos de sentir, pensar, agir e reagir que caracterizam os portadores folk, o novo Museu reune significativo material, oriundo de todo o território brasileiro.

Organizado pela Associação Brasileira de Folclore (2), presidida por Valentim Amaral, e orientado pelo Conselho Técnico desta entidade, constituido por Rosini Tavares de Lima, Secretário Geral da Comissão Paulista de Folclore, órgão estadual da Comissão Nacional de Folclore do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, da UNESCO; Mário Neme, atual diretor do Museu Paulista; e João Vicente Cardenuto, além do próprio autor destas notas, o Museu de Artes e Técnicas Populares está destinado a ser, por sua programação de atividades, o centro dos estudos folclóricos de São Paulo, se constituindo no gênero, no Museu central do país.

Os bonecões do Zé Pereira e Maria Angú, personagens dos carnavais de Pindamonhangaba.

Cabeças de prôa de barcos do rio São Francisco, popularmente chamadas de "carrancas".

A história do Museu de Artes e Técnicas Populares, instalado no Pavilhão Lucas Nogueira Garcez, no Parque Ibirapuera, tem início com os festejos comemorativos do IV.º Centenário da Cidade de São Paulo. Nessa ocasião, atendendo a convênio firmado com a Comissão do IV.º Centenário, foi montada sob a grande marquise do Parque Ibirapuera, pelas Comissões Nacional e Paulista de Folclore, uma Exposição Interamericana de Artes e Técnicas Populares, que reunia além do material brasileiro, peças procedentes de vários países do continente americano entre êles a Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Bolivia, Colombia, Venezuela, Haiti e Canadá.

Encerrados com o ano de 1954, as festas do IV.º Centenário, e conseqüentemente a Exposição Interamericana de Artes e Técnicas Populares, conseguiram os seus organizadores manter exposta no local em que se encontravam, as peças e os ambientes ecológicos demonstrativos da cultura brasileira, simplificando a denominação da mesma para Exposição de Artes e Técnicas Populares.

Dois anos mais tarde, em 1956, êsse material foi transferido para o Pavilhão Lucas Nogueira Garcez, também no Parque Ibirapuera, mais condizente por suas características com a natureza da iniciativa. Nessa época, para distribuição do material a ser expôsto foi adotado o conceito de áreas culturais, sendo tomada como

1 — *Agôsto é considerado como sendo o "Mês do Folclore", por ter essa palavra, na grafia original Folk-Lore, aparecido pela primeira vez a 22 de agôsto — por isso consagrado como "Dia do Folclore", de 1846, na revista londrina "The Athenaeum". Intensa programação, cuja agenda registra cursos e seminários especializados, exposições, festivais, etc., marca comemorativamente nas principais cidades do Estado de São Paulo, o transcurso dêsse mês.*

2 — *A Associação Brasileira de Folclore é uma entidade civil, com personalidade Jurídica, de fins culturais, cujo objetivo é a manutenção de um Museu de Artes e Técnicas Populares, através do qual incentiva os estudos, e as pesquisas de Folclore, sua divulgação e utilização como instrumento de educação popular.*

Ralador de Mandioca, retratado em pleno uso, na cidade de Sorocaba, em 1954. Atualmente essa peça está exposta no Museu de Artes e Técnicas Populares.

HABITAT 49

Figura 3: Revista Habitat, matéria de Alfredo J. Rabacal referente às artes e técnicas populares, edição nº 67, p. 49, 1962.

A revista denuncia sua preocupação com museus, enfatizando sua importância cultural, são residências de estudos, de produções culturais e artísticas centenárias. Destaca também o folclore nacional, técnicas populares e tradições nacionais em diversos artigos, assim como apresenta inventários, e trabalhos realizados em monumentos históricos, como restauração e intervenções. O periódico Habitat expressa sua preocupação quanto a patrimônios históricos, monumentos, seja denunciando o descuido e esquecimento de monumentos históricos ou através de pedidos de tombamento.

2.3. MÓDULO

Módulo - Revista de arquitetura e artes visuais no Brasil é uma publicação realizada no Rio de Janeiro. A revista começou a ser editada em 1955. Faz parte do corpo editorial da revista Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do SPHAN, além de Oscar Niemeyer, Joaquim Cardoso, Rubem Braga e Zenon Lotufo. Assim, que a revista a partir de 1955 é um importante canal de divulgação das pesquisas e ações sobre o patrimônio cultural brasileiro, sobretudo o patrimônio arquitetônico.

A revista trata também da cultura em geral, abordando dança, teatro, artesanato, cultural popular, pintura, entre outras manifestações artísticas, tanto contemporâneas quanto análises históricas. Enfoca também aspectos da natureza brasileira.

Depois de 39 números a revista foi interrompida pelo governo militar por 10 anos. Nesse período, a revista tem sua circulação suspensa, retornando suas publicações em 1975.

Em suas páginas, a revista apresentou constantes publicações sobre temas relacionados à arte e arquitetura no Brasil. A revista teve como direção Oscar Niemeyer e Cândido Mendes de Almeida.Contou com muitos profissionais importantes, como Mário Barata, Carlos Lemos, Benedito L. Toledo, Paulo M. da Rocha, Renato Soeiro, entre outros que publicaram artigos sobre o patrimônio histórico, divulgando a posição do periódico através de opiniões, informações sobre o patrimônio cultural.

Encontra-se na revista Módulo publicações sobre projetos de intervenção, como o acréscimo do Museu das Missões, inventários de trabalhos que foram orientados pelo SPHAN.

1. External view
2. Details of engraved statuary
3. Sundry views
4. Interior
5. Section
6. Plan.
7. Group plan.

1
2. Vista externa.
3. Detalhes de estatuária em entalhe
4. Vistas
5. Corte.
6. Planta.
7. Plano do Conjunto.

4

5

6

7

central nave to the thickness involved; the slope towards the interior of the the right side facilitated the closing of the spans and made it possible to provide a covered space more proportionate to the display of the images.
In the applications we preserved the didactic presentation necessary for the grasp of the majority of the visitors. We concentrated the explanatory captions and photographs, thus making it necessary for visitors to move around among the sculptures before and after their attention has been attracted by the panels, and thus avoiding their rushing from one to another without paying attention to the images.

2

2

37

Figura 4: Revista Módulo, artigo de Maurício D. Silva e Noel S. Marinho sobre acréscimo do museu das Missões. Edição nº 14, 1959.

2.4. ARQUITETURA - REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL

Arquitetura: revista do Instituto de Arquitetos do Brasil é publicada no Rio de Janeiro e tem um curto período de circulação, 1961 a 1968. Suas cinco primeiras edições eram denominadas Guanabara, mas foi em dezembro de 1962 que a revista passou a se chamar

Arquitetura - Revista do Instituto de Arquitetos do Brasil. Teve como membros do corpo editorial Maurício Roberto, Affonso Eduardo Reidy, Maurício Nogueira Batista, dentre outros consagrados profissionais.

Produzida pelo órgão de classe dos arquitetos, a revista tem foco na questão projetual e os temas que envolvem a produção da arquitetura, inclusive o patrimônio cultural, que já é um tema consolidado na década de 1960, como explicita esse periódico.

Nesse sentido, é relevante salientar que a publicação cria uma seção denominada "Obras tombadas pelo Patrimônio", inaugurada em 1962, onde analisa várias edificações e sítios históricos tombados pelo SPHAN, como: Estado da Guanabara, Estados do Espírito Santo, Estado da Bahia, Estado de Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe, Amapá, Ceará, Maranhão, Pará e Piauí, Recife e Olinda.

Também é relevante destacar que a revista dá bastante evidência aos congressos e eventos que discutem o tema, em particular, o encontro de Quito de 1967, promovido pela OEA, que dá origem à carta patrimonial, denominada "Normas de Quito", e o 2º Congresso Internacional de Arquitetos, que discute o tema e elabora a "Carta de Veneza", em 1964. Divulgam diversos inventários, planos de recuperação, projetos de restauração, intervenção e temas que são importantes para o patrimônio e sua preservação naquele momento

Figura 5: Artigo de Gian C. Gasperini, "Monumento: o tema de debate em Veneza", que relata a participação brasileira no Congresso em Veneza. Revista Arquitetura, edição nº 27, p. 20, 1964.

Gasparini divulga na revista nº 27, detalhes sobre o encontro do debate na elaboração da Carta de Veneza, além de contar com a publicação do documento na revista. A Carta de Veneza evoca temas que seguem do monumento ao patrimônio, a preservação de conjuntos urbanos e, sobretudo, os critérios que devem ser privilegiados nas novas intervenções e acréscimos, documento este elaborado em 1964, alcança abrangência internacional e foi referencial fundamental para a ação de órgãos de patrimônio e restauração de imóveis históricos.

A revista arquitetura se destaca entre as demais analisadas quando se trata dos alertas e questionamentos que ela faz, na maioria de suas publicações sobre o tema, deixa um

apelo por maior atenção ao patrimônio histórico, anunciando a necessidade de maior zelo deste, expondo a pouca atenção que o país trata suas obras de importância arquitetônica e cultural.

O periódico do Instituto de Arquitetos do Brasil tem em suas publicações textos como o de Leandro Tocantins, que se mostra envolvido com valores culturais do país, através de evidências da pouca preservação e conservação desses bens, além de sua contribuição com inventários.

Maurício Batista participa na elaboração de inventários, planos de recuperação, alerta de percas e efetua pedidos de tombamento. Destaca-se também, Fernando de Abreu, profissional que expressou sua preocupação em relação ao que se foi executado para a preservação dos monumentos históricos através das páginas da revista.

Neste periódico, publicações de Mário de Andrade e Lúcio Costa se encontram presentes, confirmadas sobre a forma de inventários, assim como Paulo de Azevedo, que publica diversos artigos, que abordaram desde inventários, a relação do patrimônio e o espaço.

3. O IAB E A REVISTA ARQUITETURA, CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os periódicos de arquitetura analisados abrangem aspectos sociais, políticos e culturais. Publicam questões relativas à arquitetura e ao urbanismo, mas também os anseios de uma sociedade que busca na cultura e no passado reflexões para a construção de seu futuro. Os temas relacionados ao patrimônio cultural, à organização de instituições museológicas no país, nossa memória e história fazem parte desse debate. Durante a década de 60, existe um crescente interesse profissional em relação aos temas do patrimônio e sua conservação.

A década de 60, apresenta pesquisas inovadoras de grupos de vanguardas, que foram abruptamente interrompidas pelo golpe militar de 1964. A repressão do regime também esteve presente nas revistas, seja através da proibição da circulação, como ocorre com o periódico Módulo, ou dificultando a circulação de números regulares em outras revistas.

No âmbito da cultura, entretanto, o regime militar estabelece uma relação ambígua com os agentes e produtos do setor, como discutem autores que se dedicam à análise da política cultural. Ruben George Oliven analisa as relações complexas que o estado brasileiro, após o Golpe de 1964, estabelece com o setor cultural.

> *(...) o papel do Estado em relação à cultura é complexo: ele não é apenas o agente de repressão e de censura, mas também o incentivador da produção cultural e, acima de*

tudo, o criador de uma imagem integrada do Brasil que tenta se apropriar do monopólio da memória nacional. (OLIVEN apud MICELLI, 1984, p. 51)

A estratégia do governo federal, como analisa Márcia Sant'anna (1995, p. 154), revela-se na implantação de uma política nacional de cultura com a criação de instituições e programas. Como exemplos dessa política destacam-se, entre outros: Conselho Federal de Cultura, em 1967; EMBRAFILMES, 1969; Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura, 1970; Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), 1973; Fundação Nacional de Arte (FUNARTE) e Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), ambos em 1975.

O setor da preservação do patrimônio é atingido de maneira significativa. Por meio de um discurso nacionalista de valorização da memória, o setor é alavancado como pauta de discussão nacional, associado ao desenvolvimento urbano de áreas já estruturadas, e ganha no turismo cultural e no planejamento regional aliados para a implantação de programas de ações integradas do governo federal.

Nesse cenário, além de instituições governamentais, organismos internacionais, como a UNESCO e o recém-criado ICOMOS, passam a atuar de maneira efetiva no país na área de preservação do patrimônio cultural. O SPHAN, depois de trinta anos, precisa se reestruturar e redefinir suas ações prioritárias.

A UNESCO desempenha papel destacado nesse momento e designa uma missão para o Brasil que tem por objetivo elaborar um diagnóstico e sugerir ações destinadas ao aprimoramento do turismo cultural, como catalisador do processo de salvaguarda do patrimônio histórico e artístico nacional (CERÁVOLO, 2013, p. 187).

Embora o SPHAN deixe de conduzir de forma isolada as políticas e ações voltadas à área de patrimônio, o que aparentemente representa seu enfraquecimento, verifica-se de fato a ampliação do tratamento que ganha a preservação do patrimônio cultural na sociedade brasileira e entre os arquitetos, como demonstram as revistas especializadas. O espaço antes ocupado exclusivamente pelo SPHAN passa a ser compartilhado, é verdade que não sem traumas.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE (JANJÃO), Antonio Luiz Dias de. apud MORI, Vitor Hugo. O discurso do sofá. **Arquitextos**, São Paulo, ano 13, n. 149.03, Vitruvius, out. 2012 <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4534>.

AZEVEDO, Paulo Ormindo David. A Restauração arquitetônica entre o passado e o presente. **Rua – Revista de Arquitetura e Urbanismo**, n. 8. Salvador: UFBA, 2003.

CAPPELLO, Maria Beatriz Camargo. Recepção e difusão da arquitetura moderna brasileira nos números especiais das revistas especializadas européias (1940-1960). **Anais**. 9º seminário DOCOMOMO Brasil, Brasília, 2011. Disponível em http://www.docomomo.org.br/seminario%209%20pdfs/000_M20-RecepcaoEDifusaoDaArquitetura-ART_maria_beatriz_cappello.pdf.

Carta de Atenas, 1931 – 1ª Conferência Internacional para Conservação dos Monumentos Históricos, organizada pela Sociedade das Nações, Escritório Internacional dos Museu, out.

Carta de Atenas, 1933 – 4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), nov.

Carta de Veneza, 1964 – 2º Congresso Internacional de Arquitesto e técncios de Monumentos Históricos, organizado pelo ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), mai.

CAVALCANTI, Lauro (org.). **Modernistas na repartição**. Rio de Janeiro: UFRJ/MINC/IPHAN, 2000, 2ª Ed., pp. 11-24.

CERÁVOLO, Ana Lúcia. **Interpretações do patrimônio: Arquitetura e urbanismo moderno na constituição de uma cultura de intervenção no Brasil, 1930-1960**. São Carlos: EDUFSCar, 2013.

COSTA, Lúcio. **Registros de uma vivência**. Rio de Janeiro, Empresa das Artes, 1995.

GASPERINI, Giancarlo. Monumentos: tema de debate em Veneza. **Arquitetura**, nº 27, set., 1964, p. 15-21.

MARTINS, Carlos Alberto Ferreira. **Arquitetura e Estado no Brasil.** Elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil; a obra de Lúcio Costa 1924/1952. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 1987.

MICELI, Sérgio (org.). **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

MIRANDA, Clara Luiza. A crítica nas revistas de arquitetura nos anos 50: a expressão plástica e a síntese das artes. **Anais**. Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 1998. Disponível em: http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/582.

PAOLI, Paula Silveira de. Preservação do patrimônio, historiografia e arquitetura entre 1960 e 1980: a contribuição italiana. **Anais**. XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, Florianópolis (SC), 2009.

PESSÔA, José (org.) **Lúcio Costa: documentos de trabalho**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

RABACAL, Alfredo João. Artes e técnicas populares: Um museu a serviço do Brasil. **Habitat**, São Paulo, nº 67, 1962, 13º ano, jan.-mar., pp. 49-51.

SANT'ANNA, Márcia. Da cidade–monumento à cidade-documento. A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). **Dissertação** (Mestrado). Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

SILVA, M. Dias; MARINHO, N. S. Acréscimo do Museu das Missões. **Módulo**, RJ, nº 14, ago., 1959, pp. 36-7.

VELOSO, Mariza. **Nasce a Academia SPHAN**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, nº 24, pp. 77-95, 1996.